

Educação e modernização: a UFMG na trajetória de um projeto modernizante (1968-1974)¹

João Victor da Fonseca Oliveira

Graduando em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Luciano Mendes de Faria Filho

Professor Titular da Faculdade de Educação da UFMG.

Resumo

O discurso oficial, hoje, apresenta a Educação como a grande responsável pela modernização de nossas sociedades, por suas maiores ou menores possibilidades de integrarem-se ao mundo globalizado e à sociedade do conhecimento. Como esforço investigativo, problematizamos a relação entre Educação e Modernização na segunda metade do século XX, tensionada nas proposições reformistas que conduziram, na década de 1960, a reestruturação das universidades brasileiras. Tomamos como objeto de estudo o processo de criação e institucionalização dos programas de pós-graduação, ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais, por sintetizar duas grandes matrizes que marcaram o debate intelectual e acadêmico brasileiro nos anos de 1960: a da modernização e a do desenvolvimentismo.

Palavras-Chave: Educação; Modernização; Pós-Graduação; Universidade.

Abstract

Education and modernization: The UFMG in the trajectory of a modernizing project (1968-1974)

The official discourse, today, presents Education as the major responsible for the modernization of our societies, for their greater or lesser possibilities of integrating themselves in the globalized world and in the knowledge society. As an investigative effort, we problematize the relationship between Education and Modernization in the second half of the twentieth century, strained in the reformist propositions that led, in the 1960s, to the restructuring of Brazilian universities. We take as object of study the process of creation and institutionalization of the Post Graduation programs that took place at the Universidade Federal de Minas Gerais, for synthesizing two great matrices that marked the Brazilian intellectual and academic debate in the 1960s: that of modernization and developmentalism.

Key words: Education; Modernization; Postgraduate studies; University.

¹ O título deste trabalho é uma referência a um dos primeiros trabalhos de avaliação da Reforma Universitária, financiado pela CAPES, apresentado em 1984, e publicado na Revista do Departamento de História em 1987. “UFMG: Trajetória de um projeto modernizante”.

Resumen

Educación y modernización: La UFMG en la tradición de un proyecto modernizante (1968-1974)

El discurso oficial, hoy, presenta a la Educación como la gran responsable de la modernización de nuestras sociedades, por sus mayores o menores posibilidades de integrarse en el mundo globalizado y en la sociedad del conocimiento. Como esfuerzo investigativo, problematizamos la relación entre Educación y Modernización en la segunda mitad del siglo XX, puesta en las proposiciones reformistas que condujeron, en la década de 1960, a la reestructuración de las universidades brasileñas. Tomamos como objeto de estudio el proceso de creación e institucionalización de los programas de Posgrados ocurrido en la Universidade Federal de Minas Gerais, por sintetizar dos grandes matrices que marcaron el debate intelectual y académico brasileño en los años 1960: la de la modernización y la del desarrollismo.

Palabras Clave: Educación, Modernización, Post-Graduación, Universidad.

Introdução

O discurso oficial, hoje, apresenta a educação como a grande responsável pela modernização de nossas sociedades, por suas maiores ou menores possibilidades de integrar-se ao mundo globalizado e à sociedade do conhecimento, que exigiria altos níveis de competência e domínio de habilidades de caráter cognitivo, científico e tecnológico, assim como o desenvolvimento da capacidade de interação grupal, iniciativa, criatividade e uma elevada auto-estima. A educação é encarada como contributo fundamental para desenvolvimento nacional, a que se projeta muitas expectativas, sendo ela mesmo motor e consequência do desenvolvimento (DAROS, 2012). E é nas décadas de 1950 e 1960 que se torna evidente o amplo debate político e acadêmico sobre a modernização e o desenvolvimento nacional (XAVIER, 2012). A educação se insere na trajetória da modernização e a Universidade é um dos pontos inerentes a essa trajetória.

Como esforço investigativo, problematizamos neste trabalho a relação entre educação e modernização na segunda metade do século XX, tensionada nas proposições reformistas que conduziram, na década de 1960, a reestruturação das universidades brasileiras, destacando aqui o processo ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais. Na pesquisa, abordamos a criação e institucionalização dos programas de pós-graduação na UFMG, concebidos como elementos modernizantes da instituição e que tornariam a investigação científica o centro da atividade universitária.

A história da UFMG remonta ao início do século XX, quando em 7 de setembro de 1927 é criada a UMG reunindo as cinco escolas/faculdades em torno de um

projeto coletivo ambicioso, obra de uma geração, associado à ideia de modernidade (DIAS, 1997). Naquele momento, a Faculdade de Direito tinha 37 anos de existência, desde sua instalação em Ouro Preto em 1892; a Faculdade de Odontologia e Farmácia funcionava há mais de 21 anos; a Faculdade de Medicina há mais de 18 anos; e a Escola de Engenharia há 16 anos. Para Dias (1997), a criação de uma universidade em Minas Gerais seria, ao mesmo tempo, sinal e fator de progresso, um passo decisivo para a “emancipação intelectual” do estado.

Quarenta anos mais tarde, a Lei 5.540/68 demarca a pauta das discussões aventadas no interior da universidade e em todo território nacional sobre a estrutura das universidades brasileiras, já não mais satisfatória e necessitando de reformas (PI-MENTEL; CARDOSO, 2017). No entanto, àquela altura, a discussão sobre a reforma universitária como fator de modernização das instituições universitárias e como propulsora da modernização socioeconômica do país já, há mais de uma década, preocupava os docentes e alunos das instituições de ensino superior no Brasil (VEIGA, 1987).

No interior da UFMG, o questionamento às Cátedras e as discussões sobre a necessidade de reforma na universidade vinham desde o final dos anos de 1950. Elas se intensificaram no começo das décadas seguintes, sobretudo no reitorado do professor Aluísio Pimenta (1964-1967). Naquele momento, os canais de divulgação disponíveis direcionados à comunidade universitária, como o BOLETIM DA UFMG, bem como os jornais impressos em destaque no período (“Estado de Minas”, por exemplo), ao anunciarem as novas medidas que iam sendo aprovadas na reestruturação da universidade, apresentavam o reitor, propulsor das reformas, como um *pioneiro modernizador*.

É evidente que o reitorado de Aluísio Pimenta foi profundamente marcado pelo Golpe Civil Militar de 1964, o que levou à sua cassação em 1967. Mas foi sobretudo com o recrudescimento do regime, a partir de 1968, que foram afetadas mais profundamente a instituição e suas reformas, podendo ser analisadas pela tríade conceitual *adesão, resistência e acomodação* (MOTTA, 2014) para que se possa compreender as negociações realizadas no intento de dar sequências às reformas sem, contudo, se opor diretamente a um regime autoritário e repressivo.

Contudo, conforme demonstram as autoras do texto tomado como inspiração para esse trabalho (VEIGA, 1987), todo o processo de reforma, inicialmente autoinstituído e, depois, imposto pela legislação da ditadura, não foi vivido com tranquilidade pelo conjunto da comunidade universitária. Houve muitos conflitos, idas e vindas

nesse processo. Se entre os alunos havia uma voz uníssona em favor das reformas, simbolizadas pela defesa do fim da cátedra e pela aproximação da universidade com os grandes e graves problemas vividos pela maioria da população brasileira, entre os professores o mesmo não se dava.

Os professores da UFMG se dividiam entre o grupo pró-reforma, liderados pelo então reitor Alúcio Pimenta, e aqueles que eram refratários à mesma, oriundos principalmente da Faculdade de Medicina e Direito e da Escola de Engenharia, as três mais antigas e prestigiosas unidades acadêmicas da universidade. Contra a articulação dessas três escolas foi necessária muita astúcia e ação estratégica por parte do reitorado. Se o grupo contrário à reforma reunia principalmente os catedráticos ciosos de sua perda de poder dentro da universidade, o reitorado buscou se articular com os jovens professores, notadamente os jovens pesquisadores com formação no exterior que viam suas pretensões científicas e acadêmicas serem solapadas, justamente, pela forma hierárquica e rígida como a universidade era organizada tendo a cátedra como referência.

É neste contexto que foram produzidos os relatórios e as normas aqui tomados como fonte para nossa pesquisa. Dada sua natureza específica, localizados no seu tempo e espaço, os relatórios são mobilizados de maneira a perceber como a comunidade universitária se inseriu na busca por sua própria modernização.

Na introdução contida no Relatório de Atividades desenvolvido pela Pró-Reitoria de Planejamento da Universidade de 1969, os autores celebram o progresso da instituição (UFMG, 1969). A ideia de progresso vem associada ao êxito do projeto modernizante da própria universidade. Na introdução de cada relatório dirigida à comunidade universitária podemos perceber a construção de um discurso que faz crer as mudanças empreendidas e o esforço de implementá-las. A valorização da pesquisa, o estabelecimento de uma política de integração entre a universidade e a comunidade que a cerca, bem como outras mudanças incentivadas pelas reformas, reforçam o mote das perspectivas modernizadoras da instituição.

A ideia de modernização que havia sido elaborada/apropriada no contexto desenvolvimentista dos anos 1950 e inscrita nos projetos de industrialização nacional e no debate transnacional sobre a educação (DAROS, 2012; 2016; XAVIER, 2012) exercia forte influência sobre a avaliação dos modelos adotados nas instituições universitárias brasileiras.

A relação entre desenvolvimento nacional e a pesquisa científica emerge como

uma preocupação dos reformistas desse período, uma vez que à organização institucional da pesquisa, à criação da pós-graduação e seu desenvolvimento é atribuído o papel de atender às necessidades de desenvolvimento do próprio país, conforme sinaliza o conhecido parecer fundante da pós-graduação no Brasil, o de n. 977/65, relatado pelo conselheiro Newton Sucupira (LÜDKE, 2005).

Na esteira do debate sobre a modernização, intensamente mobilizado nas décadas de 1950 e 1960, no projeto de universidade que se delineava, a pesquisa ocupou um espaço importante nas discussões, garantindo que fosse o eixo em torno do qual se articularia uma nova racionalidade universitária. Os programas de pós-graduação, rarefeitos na universidade até o final da década de 1960, deveriam representar um novo paradigma, impactando a formação do quadro docente da própria instituição e concentrando os esforços para os quais se voltaram os objetivos da instituição reformada.

Finalmente, a interface Educação e Modernização, percebida no âmbito das universidades, e na Universidade Federal de Minas Gerais, em particular, sintetiza parte substantiva das questões que atravessam a sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960, é dizer, a busca pela modernização nacional e o contínuo esforço por uma proposta de desenvolvimento, cujos sentidos se assentam na polissemia histórica de que são constituídos. A discussão que aqui trazemos é representativa de que as relações entre a universidade e a sociedade na qual se insere não são dicotômicas, mas dialéticas. Operam na medida em que uma guarda em si parte da outra, uma diz sobre a outra, mas constituem-se esferas distintas no conjunto da análise. A modernização apropriada pela universidade inaugura um *horizonte de expectativas* para o próprio conceito, em mesma via em que encaminha sua depuração.

A modernização em curso: a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação na UFMG

No relatório que apresentou à comunidade universitária, em 1969, relativo às atividades do ano anterior, o reitor Gerson Boson é otimista quanto ao transcurso da Reforma Universitária na UFMG. Segundo ele, a reforma segue seu curso e, a não ser devido a pequenas adaptações necessárias às Normas Gerais estabelecidas pelo governo federal, já estava quase concluída. Mas chama a atenção também o débito que estabelece da reforma não com o processo que vinha desde o reitorado de

Aluísio Pimenta, mas em relação aos Decretos-leis da ditadura, conforme se pode notar na citação abaixo:

O processo de reforma, cujas linhas gerais já haviam sido estabelecidas no texto dos Decretos-leis 53/66 e 252/67, determinou a elaboração do plano de reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais, cuja aprovação final veio a se conter no Decreto 62.317, a partir do qual nos foi possível determinar as medidas necessárias à implementação da planejada reordenação. (UFMG, 1969. p.8).

Esse deslocamento quanto às origens da reforma na UFMG e o apagamento do processo anterior é uma das “ambiguidades” (VEIGA; et al, 1987. p.32) que marcam o reitorado de Gerson Boson. Com a sua chegada à reitoria, o grupo que assume a condução do processo de reforma é mais conservador e busca frear o ritmo e a direção na qual deveria se dar a reforma. Nesse sentido, como mostram Veiga (1987), as articulações e pressões dos grupos pró-reforma foram decisivas para a institucionalização das mesmas.

Afora a percepção desses discursos em disputa que constituem a memória institucional em torno da Reforma Universitária, não só coloca-se em questão sua genealogia ou suas ambiguidades em torno dos sentidos atribuídos a essas reformas, mas também contribui-se para que nos perguntemos quanto a própria garantia da autonomia universitária da instituição nesse período. A memória é extensa em torno da compreensão de que a universidade manteve uma autonomia, mesmo nos idos da ditadura militar, memória desde muito proclamada e cada vez mais questionada. Um estudo recente demonstra que a imagem de que a universidade preservou sua autonomia naquele período concentra, por meio de uma retórica de discursos, homenagens e efemérides, certa “mitologia da resistência”. Para a autora, não se trata de desprezar inúmeros episódios significativos de resistência, mas trazer ao debate também os muitos episódios de acomodação, colaboração, cassação de professores, centros acadêmicos invadidos, censura a paraninfos de formatura, pressões cotidianas, para ficarmos em alguns exemplos (SILVA, 2017).

Pode-se dizer que o caso da UFMG sintetiza duas grandes matrizes que marcavam o debate intelectual e acadêmico brasileiro nos anos de 1960: a da modernização e a do desenvolvimentismo. Por um lado, os grupos que se batiam internamente pelas reformas, antes mesmo das medidas tomadas pela ditadura, queriam a modernização da universidade. Isso passava, para eles, fundamentalmente pelo fim da Cátedra, pela Departamentalização e pela criação dos Institutos Centrais, por exemplo. De outro

lado, era preciso que a universidade estivesse atenta às grandes questões postas pela realidade brasileira. Isso deveria ser feito por meio de uma sólida formação de profissionais, também sensíveis política, social e culturalmente, para se voltar para a solução de tais problemas, dentre eles as próprias desigualdades que marcavam o país. Nutria-se a ideia de que a contribuição da universidade à solução dos graves problemas brasileiros dar-se-ia por meio da pesquisa e da produção de conhecimentos, as quais tornariam o país menos dependente da ciência e das tecnologias estrangeiras.

É nesse sentido que, no transcurso da Reforma na UFMG, foram instituídos os Conselhos de Pesquisa e de pós-graduação, que visavam coordenar os esforços de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação na instituição e, ao mesmo tempo, participar, ao lado dos Conselho de Ensino e de Extensão, da administração superior da universidade.

O Conselho de Pós-graduação era responsável por aprovar a criação dos cursos, acompanhar seu funcionamento e produzir estatísticas que dessem visibilidade a essa dimensão da vida universitária. Foi dele a iniciativa de propor à Coordenação de Ensino e Pesquisa a Resolução 11/1969 que fixou as Normas Gerais da Pós-graduação na UFMG. Nessas Normas, a pós-graduação é assim definida fundamentalmente como um curso de formação em seguimento à graduação. Senão, vejamos:

A pós graduação a que se referem estas normas é constituída pelo ciclo de cursos regulares em seguimento aos de graduação e que visam a desenvolver e aprofundar a formação neles adquirida, conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (UFMG, 1970. p. 27).

A Resolução 11/1969 estabelece o regime didático, as condições mínimas de criação e de funcionamento dos cursos, a necessidade de registro de um Plano de Tese, junto ao Conselho de Pós-graduação para os alunos do doutorado, dentre outros aspectos. Mas, observa-se que não se refere em nenhum momento à necessidade ou às condições para a realização de pesquisa.

A pós-graduação é tema recorrente também nos Relatório Anuais de Atividades da Universidade a que tivemos acesso, relativos ao período de 1968 a 1974. Por meio de tais relatórios, ficamos sabendo que em 1968 a UFMG contava com 7 cursos de pós-graduação, sendo 3 doutorados e 6 mestrados, quase todos nas áreas

biomédicas e exatas, havendo apenas 1 curso na área de ciências humanas e sociais: o mestrado em Economia Regional, da área específica em ciências sociais (UFMG, 1969. p.12). Já em 1969, o número de cursos sobe para 12, com os mesmos 3 doutorados e 10 mestrados, tendo sido criado o mestrado em Ciência Política, o segundo da área de ciências humanas e sociais (UFMG, 1970. p. 11). Em 1971, já são 17 os cursos em funcionamento, sendo 5 doutorados e 15 mestrados, aparecendo o Mestrado em Educação como o 3º curso na grande área de ciências humanas e sociais (UFMG, 1972, p. 189).

Aliado a isso, o Conselho de Pesquisa desenvolvia esforços para a institucionalização da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Informa-se no Relatório, por exemplo, a realização do II Encontro de Pesquisa para aproximar pesquisadores e obter informações sobre pesquisa em andamento, a criação de Núcleos de Assessoramento à Pesquisa “cujo objetivo é de coordenar todos os assuntos e atividades relacionados com a pesquisa em cada unidade, ajustando-os à política de pesquisa da Universidade”. (UFMG, 1972, p. 18).

Com o rápido crescimento da pós-graduação e a necessidade de adaptar a normativa da universidade às decisões do Conselho Nacional de Educação, ao Estatuto e ao Regimento Geral da própria universidade, foi elaborada e aprovada uma nova Resolução, a 23/73, que trazia novas Normas Gerais da Pós-graduação da UFMG. Nesta resolução, muito mais ampla e detalhada do que a anterior, a própria definição do que é a pós-graduação já incorpora a dimensão da pesquisa.

A pós-graduação a que se referem estas normas é constituída pelo ciclo de cursos regulares, sistematicamente organizados, e atividades de pesquisa, que visam desenvolver e aprofundar conhecimento adquiridos nos cursos de graduação, bem como propiciar a criação de novas formas de cultura, conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (UFMG, 1981, p. 29).

A resolução estabelece a necessidade de que os cursos observem a necessária “flexibilidade curricular que atenda à diversidade de tendências e de conhecimento dos estudantes” (p. 29) e que possibilitem aos estudantes a participação em equipes de trabalho, a elaboração e execução de projetos de pesquisa e a redação e apresentação de trabalho sobre a pesquisa realizada (p. 30). Do mesmo modo, estabelece que um dos critérios para abertura de um curso é a apresentação de uma “relação dos principais trabalhos realizados pelos departamentos envolvidos no curso, com a indicação da

forma de divulgação, bem como dos trabalhos em andamento.” (UFMG, 1981).

É nesse contexto que o Relatório de Atividades da Universidade relativo ao ano de 1974, já sob a gestão do professor Eduardo Osório Cisalpino, traz um detalhado levantamento sobre a pós-graduação nessa instituição. Com os dados desse relatório pudemos montar a Tabela 1, mostrada a seguir:

Quadro I: Cursos de Pós-graduação da UFMG, segunda as Grandes

Áreas de Conhecimento – 1974.

Área	Mestrado	Doutorado
Ciências Biomédicas	11	05
Ciências Humanas e Sociais	06	01
Ciências Exatas e Tecnológicas	09	02
Total	26	08

Fonte: UFMG, 1974, p. 223.

Nesse mesmo relatório, ficamos sabendo que a UFMG possuía 2058 docentes, dos quais 607, ou seja, 29,5%, estavam participando, como docentes, de algum curso de pós-graduação. A esse respeito, é importante lembrar que as Normas Gerais da Pós-graduação, aprovadas no ano anterior, aceitavam que professores mestres poderiam orientar estudantes de mestrado.

Pode-se perguntar se seriam estes 607 professores da pós-graduação aqueles que estavam efetivamente envolvidos com a pesquisa na universidade. No entanto, essa não é uma pergunta fácil de se responder. Certamente haveria uma aproximação dos orientadores de mestrado e doutorado com a pesquisa, mas isso não parecia se constituir em regra.

Pode-se observar, ao longo do período, um crescimento contínuo do número de professores e professoras que se dedicavam à realização de pesquisas no âmbito da UFMG. No relatório referente ao ano de 1968, as estimativas apontam para a existência de aproximadamente 300 pesquisadores, assim distribuídos pelas diversas faculdades:

Quadro II: Número aproximado de pesquisadores da UFMG.

Faculdade de Medicina	119
Escola de Veterinária	44
Escola de Engenharia	31
Faculdade de Farmácia	21
Faculdade de Odontologia	18
Instituto de Pesquisas Radioativas	17
Instituto de Ciências Exatas	17
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	11
Outras unidades universitárias	36
Total	314

Fonte: Relatório de Atividades UFMG, 1969.

Já para o ano de 1974, identificamos 513 professores cujos projetos de pesquisa foram listados no relatório referente àquele ano. Eles estão assim distribuídos pelas grandes áreas:

Quadro III: Distribuição dos Pesquisadores da UFMG por Grandes Áreas do Conhecimento – 1974.

Área	Pesquisadores
Artes	04
Biomédicas	300
Exatas e Tecnológicas	97
Humanas e Sociais	116
Total	517

Fonte: Relatório de Atividades da UFMG, 1974.

Certamente tais levantamentos não abrangiam a todos os que, de fato, estavam desenvolvendo pesquisa. E nem sempre tais pesquisadores estavam, obrigatoriamente, vinculados à pós-graduação. No caso da Faculdade de Educação, por exemplo, vários dos professores e professoras vinculados ao recém-criado curso de Mestrado em Educação não aparecem no relatório de 1974 como estando vinculados à alguma pesquisa. Por outro lado, há professoras que aparecem desenvolvendo pesquisa que, certamente, não estavam vinculadas à pós-graduação, pois possuíam apenas a graduação à época.

Os dados do relatório de 1974 mostram que a área que tinha o maior número

de pesquisadores cujos projetos de pesquisa foram publicados era aquela em que mais programas de pós-graduação estavam em funcionamento, a Área Biomédica. Dentro dela, cumpre chamar a atenção pra o recém-fundado Instituto de Ciências Biológicas (ICB), que já naquele momento despontava como grande centro de pesquisa ao abrigar 144 pesquisadores, ou seja, quase 50% de todos aqueles dedicados à pesquisa na área biomédica.

No entanto, a mesma relação entre número de pesquisadores e número de cursos de pós-graduação não se aplica às Áreas de Humanas e Sociais e Exatas e Tecnológicas: apesar de o número de pesquisadores cujos títulos dos projetos foram publicados no relatório ser maior nas Humanas e Sociais, essa área tinha um número de programas de pós-graduação menor do que a área de Exatas e Tecnológicas.

Os dados publicados no relatório de 1974 a respeito da pesquisa podem ser enriquecidos com os dados sobre alocação de recursos realizada pelo Conselho de Pesquisa ao longo dos anos anteriores, como pode-se ver nos quadros seguintes:

Quadro IV: Distribuição das verbas, por grupos de ciências:

	NCr\$	%
Ciências Biológicas	141.586,03	59,0
Ciências Exatas	57.415,17	24,0
Ciências Humanas	28.000,62	11,7
Letras e Artes	6.860,00	2,9
Geo-Ciências	2.030,00	0,8
Outros	3.800,00	1,6
Procurou o Conselho atingir a todos setores da universidade, atendendo ao maior número possível de pesquisadores.		

Fonte: UFMG, 1969. p.17.

Quadro V: Por grupamentos de Ciências, as verbas foram assim distribuídas:

	NCr\$
Ciências Exatas	4.876,00
Ciências Biológicas	71.937,85
Ciências Humanas	936,60
Letras e Artes	2.500,00
Inst. de Geo-Ciências	500,00
TOTAL	80.750,45
O conselho procurou atender a todos os setores da universidade, empenham-se, com afinco, no sentido de atender ao maior número possível de pesquisadores.	

Fonte: UFMG, 1970, p. 37.

Quadro VI: Distribuição dos Recursos segundo as Finalidades e as Áreas de Conhecimento (1973).

Área/ Título	Ciências Biomédic.	Ciências Exatas e Tecnológ.	Ciências Humanas e Sociais	TOTAL
Congressos no País	48.958,00	17.893,00	2.970,00	69.821,00
Congressos no Exterior	60.312,00	13.686,00	26.220,00	100.218,00
Auxílios diversos para pesquisas	419.290,90	42.099,00	15.500,00	476.889,90
Bolsas de Pesquisa	125.559,00	96.000,00	138.000,00	359.559,00
TOTAL	654.119,90	169.678,00	182.690,00	1.006.487,90

Fonte: Relatório de Atividades da UFMG, 1973.

Como se pode perceber nos quadros acima, a distribuição do investimento da UFMG na área de pesquisa, com recursos próprios, acompanhou a maior presença de pesquisadores e de cursos de pós-graduação na Área Biomédica, a ela destinando um valor sempre acima de 50% do orçamento disponível. Tal fato, ao mesmo tempo em que reconhecia a maior presença da pesquisa nas faculdades e centros pertencentes a essa grande área, punha em funcionamento, de certa forma, o chamado “efeito Mateus”, segundo o qual quanto mais uma área ganha de recursos financeiros num ano, mais ela tende a ganhar nos anos seguintes.

Considerações Finais

A análise dos Relatórios de Atividades da UFMG relativas ao período de 1967 a 1974, bem como das normas criadas e publicadas pela universidade, nos permitem perceber que, do ponto de vista político-institucional, o reitorado liderado por Gerson Boson (1967-1968), que assumiu a direção da instituição em 1967, ao fazer a reforma depender dos Decretos-leis publicados pela ditadura, buscou apagar a história do processo de mudanças pelo qual passava a universidade desde pelo menos o Reitorado de Aluísio Pimenta (1964-1967). Do mesmo modo, e talvez por isso mesmo, ao construir em seu relatório uma narrativa de grande consenso sobre a reforma, também buscava silenciar-se diante dos grandes conflitos e das diversas posições sobre a pertinência e os rumos da mesma.

Já os redatores dos relatórios apresentados pelos reitores Marcelo Coelho (1969-1973) e Eduardo Cisalpino (1974-1978) e aqui analisados, fazem uma opção por não apresentar textos de apreciação geral dos trabalhos desenvolvidos e, apesar de serem detalhados quanto às informações sobre as atividades desenvolvidas pela universidade, são muito menos generosos com os leitores acerca da avaliação que faziam sobre os rumos da universidade. Certamente isso se deve, em parte, ao momento em que se vivia, com o recrudescimento da repressão e da violência sobre o conjunto da sociedade brasileira e, por conseguinte, sobre a própria universidade.

Outro elemento que importa ressaltar, conforme já fora indicado por Veiga (1987) e por Motta (2015), houve, no caso da UFMG, no contexto de disputas entre os diferentes grupos, uma utilização das normas emanadas da ditadura para levar a cabo a institucionalização da reforma universitária autoinstituída no reitorado de Aluísio Pimenta. Assim, tal reforma, que antecedia no tempo à reforma pretendida pela ditadura, com esta compartilhou um repertório reformista e, mesmo, algumas finalidades no que diz respeito à institucionalização da pesquisa e da pós-graduação e, mesmo, a distribuição do poder dentro da universidade.

O fim da cátedra, a profissionalização da pesquisa e a institucionalização da pós-graduação, a criação dos institutos de pesquisa com o desmembramento da Faculdade de Filosofia, a criação da Faculdade de Educação, entre outros, foram um repertório reformista amplamente compartilhado por vários grupos que defendiam ou implementavam reformas nas universidades nos anos de 1960 e que foi transformado em legislação na segunda metade da década.

Todavia, os dados trazidos pelos relatórios e as normas a respeito da pesquisa e da pós-graduação parecem demonstrar que quando o professor Eduardo Cisalpino assume a direção da universidade, em 1974, a pesquisa e a pós-graduação já se encontravam com grau acentuado de institucionalização. Demonstra-se o número de programas de pós-graduação, o número de docentes envolvidos com a pesquisa e, porque não, a longevidade das próprias Normas Gerais da Pós-graduação, as quais ainda estavam em vigor até os anos de 1980.

Há que se destacar que, diferentemente das primeiras Normas Gerais da Pós-graduação, publicadas em 1969, aquelas publicadas em 1973 já supunham explicitamente a pesquisa como um componente fundamental da pós-graduação e, ao que tudo indica, fazendo, inclusive, depender a criação de cursos de pós da existência de pesquisa nos departamentos. Talvez seja a partir desse momento que, de forma cada vez mais acentuada, a pesquisa na universidade passe a depender da pós-graduação e, por isso, passa a se submeter cada vez mais às suas formas de regulação e controle.

A paulatina organização da pós-graduação na UFMG no final dos anos de 1960 e, de resto, na universidade brasileira, diferentemente de outros países, onde a longa tradição de pesquisa desemboca na criação cursos de pós-graduação, reforça a ideia de que a criação dos programas funcionou como um catalisador do elemento modernizante e desenvolvimentista – a pesquisa – dentro da universidade. Mas essa continua sendo uma hipótese que precisa ser “testada” para os anos finais da década de 1970, o que não foi objetivo do presente texto.

Referências bibliográficas

DAROS, Maria das Dores. Desenvolvimentismo e políticas educativas no Brasil nos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. In: GIL, N.; ZICA, M. C.; FARIA FILHO, L. M. (Orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil séculos XIX e XX*. vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

_____. Desenvolvimentismo e transnacionalização na discussão educacional no Brasil nos anos de 1950 e 1960. In: CARVALHO, M. V.; LAGES, R. C. L.; SILVA, V. L. G. (Orgs.). *Moderno, Modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil séculos XIX e XX*. vol. 4. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais: Projeto Intelectual e Político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

LÜDKE, Menga. Influências cruzadas na constituição e na expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, p. 117-23, set.-dez. 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PIMENTEL, Pedro Alan; CARDOSO, Sulênia Alves. A reforma universitária de 1968 quarenta e nove anos depois: consequências ativas no ensino superior. *Acta Historia Educere*, v. 7, n. 1, p. 16-43, 2017.

SILVA, Iara Souto Ribeiro. *Memórias sobre a UFMG: modernização e repressão durante a ditadura militar*. 2017. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relatório de atividades*. Recuperado de <https://www.ufmg.br/proplan/gestao-da-informacao/relatorio-de-atividades/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relatório de atividades da UFMG: 1967*. Belo Horizonte. (Coleção Memória Intelectual da UFMG).

_____. *Coletânea de resoluções: 1969/1980*. Belo Horizonte, 1981.

_____. Coordenação de Ensino e Pesquisa. *Caderno: resoluções de 1969*. Belo Horizonte, 1970.

VEIGA, Laura. UFMG: Trajetória de um projeto modernizante, 1964-1974. *Revista do Departamento de História*, n. 5, p. 5-40, 1987.

XAVIER, Maria do Carmo. A educação no debate do desenvolvimento: as décadas de 1950 e 1960. In: GIL, Natália.; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil séculos XIX e XX*. vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

Submissão em: 23-06-2018

Aceito em: 25-11-2018